

LEI MUNICIPAL Nº 994/2010. DE 24 DE AGOSTO DE 2010

Dispõe: "Estabelece a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Alto Paraíso, dando outras providências"

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso – RO, Sr. Romeu Reolon, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

Lei:

CAPÍTULO I SEÇÃO I

DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA CÂMARA

Art. 1º - A Câmara Municipal de Alto Paraíso, Estado de Rondônia, para a realização de seus objetivos, é constituída dos seguintes órgãos, diretamente subordinados ao Presidente:

I - Órgãos de Assessoramento:

- a) Assessoria Jurídica;
- b) Assessoria Legislativa;
- c) Chefia de Gabinete;
- d) Controladoria Interna;

II - Órgãos de Administração Específica:

a) - Secretaria Geral



SEÇÃO II

Da Organização da Secretaria Geral

- Art. 2º A Secretaria Geral terá a seguinte organização:
- I Departamento de Coordenação Administrativa:
- a) Divisão de Compras;
- b) Divisão de Almoxarifado e Patrimônio;
- c) Divisão de protocolo e arquivo;
- d) Divisão de Recursos Humanos;
 - **II Departamento Financeiro.**

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

Da Assessoria Jurídica

- **Art. 3º -** A Assessoria Jurídica é o órgão que tem por finalidade:
- I Defender, em juízo ou fora dele, os interesses da Câmara Municipal;
- II Redigir projetos de leis, justificativas de vetos, decretos, regulamentos, contratos e outros documentos de natureza jurídica, bem como emitir os devidos pareceres;
- III Assessorar o Presidente da Câmara Municipal e Vereadores nos atos Legislativos;
- IV Participar de inquéritos administrativos e dar-lhes orientação jurídica conveniente:
- V Emitir pareceres sobre consultas formuladas pelo Presidente e demais unidades da Câmara Municipal;



- VI Proporcionar Assessoramento jurídico aos Vereadores da Câmara Municipal;
 - VIII Executar outras atividades que forem atribuídas.

SEÇÃO II

Da Chefia de Gabinete

Art. 4º - À Chefia de Gabinete Compete:

- I A Administração geral do Gabinete;
- II A Assistência direta e imediata ao Presidente na sua representação, relações públicas com a imprensa, autoridades civis e militares, e com o Poder Executivo Municipal;
- III A recepção e encaminhamento dos expedientes destinados ao Chefe do Legislativo;
 - IV O preparo e publicação dos atos oficiais;
 - V A realização do cerimonial público;
- VI O acompanhamento da tramitação dos projetos normativos na Câmara Municipal;
- VII A tramitação e controle de execução das ordens emanadas do Presidente:
- VIII A triagem dos interessados em tratar diretamente com o Presidente;
- IX Atender e fazer encaminhar os interessados aos órgãos competentes da Câmara municipal;
- X Manter o Presidente informado sobre o noticiário de interesse da Câmara e assessorá-lo em suas relações públicas;
- XI Encaminhar e manter as correspondências do gabinete do Presidente, bem como aquelas de caráter oficial;
 - XII Organizar e controlar a agenda do Presidente;

XIII - Organizar a pauta das audiências públicas.



SEÇÃO III

Da Controladoria Interna

Art. 5º - A Controladoria Interna compete:

- I Emitir relatório mensal sobre os processos administrativos submetidos ao seu exame;
- II Fiscalizar em cada processo administrativo relativos às despesas, os empenhamentos nas corretas dotações orçamentárias verificando suas existências;
- III Verificar, nos processos administrativos relativos às despesas, as corretas liquidações que devam anteceder aos pagamentos;
 - IV Examinar os processos de licitação;
- V Emitir os relatórios, de sua alçada, exigidos pela Lei Complementar 101/2000.

SEÇÃO IV

Da Assessoria Legislativa

Art. 6º – À Assessoria Legislativa compete:

- I Elaborar os projetos de Leis, justificativas, mensagens e ofícios de encaminhamento à Prefeitura Municipal;
 - II Preparar as respostas de ofícios, requerimentos e indicações;
- III Preparar os projetos oriundos da Edilidade para as sanções ou razões de vetos, providenciar as publicações das Leis.
- IV Acompanhar as Sessões da Câmara Municipal, colaborando com o desenvolvimento dos trabalhos e trâmites legislativos.

SEÇÃO V

Da Secretaria Geral

Art. 7º - A Secretaria Geral da Câmara Municipal é o Órgão que tem por finalidade:



- I Executar atividade relativa ao recrutamento, seleção, treinamento, controles funcionais, exames dos servidores e os demais assuntos de pessoal;
- II Executar atividades relativas à padronização, guarda, aquisição, distribuição, e controle do material utilizado na Câmara;
- III Executar atividades relativas ao tombamento, contabilidade, tesouraria, patrimônio, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis, imóveis e semoventes;
- IV Receber, protocolar, distribuir e controlar o andamento dos processos;
- V Controlar o sistema de informática em seus arquivos, programas e equipamentos;
- VI Conservar, interna e externamente, o prédio da Câmara, móveis e instalações;
- VII Manter e controlar a frota de veículos, bem como os equipamentos de uso geral da Câmara Municipal;
- VIII Elaborar, em colaboração com a Mesa Diretora, o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual de acordo com as diretrizes da Câmara Municipal;
- IX Sugerir medidas administrativas necessárias ao bom desempenho dos órgãos afetos à sua atuação;
 - X Controlar e acompanhar toda a execução da contabilidade;
- XI Coordenador a execução dos serviços de sonorização e imagem dos trabalhos do Poder Legislativo;
- XII Processar toda a despesa, mantendo rigoroso controle para a aquisição de bens e serviços, em conformidade com a Lei;
- XIII Acompanhar a elaboração dos balancetes, bem como o balanço geral e as prestações de contas de recursos transferidos para a Câmara;
- XIV Assistir ao Presidente nas funções Políticas, Administrativas e social, dentro do Município ou fora dele;
- XV Manter em ordem e atualizado o arquivo de Leis Municipais, bem como a Legislação Estadual e Federal de interesse do Município;



- XVI Assessorar ao Presidente no relacionamento com o Poder Executivo Municipal, Órgãos Federais e Estaduais, entidades de classes e de representação, associações rurais e urbanas, bem como toda a comunidade em geral;
- XVII Acompanhar o Presidente, quando solicitado, em viagens com a finalidade de tratar assuntos de interesse do município, dentro e fora dele;
- XVIII Acompanhar e assessorar a execução orçamentária-financeirapatrimonial da Câmara;
- XIX Acompanhar e assessorar os demais órgãos da estrutura como forma de melhorar a execução de todas as atividades administrativas, em perfeita harmonia:
- XX Servir de ligação entre o Legislativo Municipal e as entidades que lhe estiverem afetas;
- XXI Zelar pelo bom desempenho e melhoramento do sistema administrativo da Câmara Municipal;
 - Art. 8º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2011.
 - Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 24 de agosto de 2010.

ROMEU REOLON PREFEITO MUNICIPAL